

**INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE
A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DE
POMBAL**

À Assembleia Municipal de Pombal
Exmos. Senhores Deputados,

INTRODUÇÃO

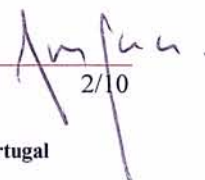
1. Para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira do **MUNICÍPIO DE POMBAL**, decorrido o primeiro semestre do exercício de 2014.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do órgão executivo a preparação da informação financeira, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame àquela informação financeira.

ÂMBITO DO TRABALHO

4. O Município não tem obrigação legal de elaborar Demonstrações Financeiras Intercalares (Semestrais), pelo que os trabalhos realizados tiveram como suporte os Balancetes Analíticos de Janeiro a Junho, assim como os mapas de execução orçamental, com referência a 30 de Junho de 2014, preparados pelo Município. O presente relatório não inclui um parecer de auditoria, tratando-se antes de uma informação sobre a situação económica e financeira relativamente ao primeiro semestre de 2014, conforme o requerido pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.
5. O trabalho efetuado consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos, tendo sido realizados, entre outros, os seguintes procedimentos:
- Reunião com a Diretora do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, com o Chefe Divisão de Administração e Finanças Municipais e outros responsáveis tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município;
 - Testes ao sistema de controlo interno, nomeadamente nas áreas de Pessoal, aquisições de bens e serviços, e Disponibilidades;
 - Realização dos seguintes procedimentos analíticos:
 - Comparação da informação financeira intercalar com o período homólogo do ano anterior;
 - Análise da execução orçamental;
 - Comparação do endividamento total e sua comparação com limite legal;
 - Realização de testes substantivos de detalhe às transações e saldos, nomeadamente:
 - Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelo município;
 - Verificação do cumprimento das obrigações fiscais e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
 - Análise e teste de alguns elementos de custos, proveitos e imobilizados registados no 1º semestre 2014.



2/10

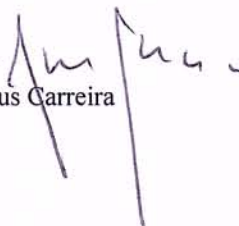
CONCLUSÃO

6. Em resultado do nosso trabalho, concluímos a nossa informação com a opinião de que, a posição económica e financeira do **MUNICÍPIO DE POMBAL**, evoluiu de forma favorável entre a data das últimas demonstrações financeiras - 31 de Dezembro de 2013 e 30 de Junho de 2014 (a dívida total relativa a operações orçamentais diminuiu 33,8% face a 31 de Dezembro de 2013, e representava cerca de 22,6% do máximo legal permitido para 2014). Expressamos também a opinião de que a autarquia dispõe das condições financeiras para cumprir com as obrigações assumidas a 30 de Junho de 2014.
7. Apresentamos um anexo a esta informação, com mais detalhe, sobre a evolução da situação económica e financeira no 1º semestre de 2014.

Leiria, 5 de setembro de 2014

LCA SROC

Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C nº 614



ANEXO

**À informação semestral sobre a situação económica e financeira do
MUNICÍPIO DE POMBAL**

Para melhor compreensão e em complemento do relatório síntese sobre a situação económica e financeira do Município apresentamos em detalhe os seguintes dados reportados ao 1º semestre de 2014:

a. Proveitos e Custos (análise comparativa com 1º semestre de 2013)

RUBRICA	1º semestre		Variação	
	2014	2013	Valor	%
CUSTOS E PERDAS				
Custo das existências vendidas/consumidas	102.465,29	111.807,83	(9.342,54)	-8,4%
Fornecimentos e serviços externos	3.760.366,44	3.708.553,76	51.812,68	1,4%
Transf. e Sub. correntes concedidos e prest. sociais	1.648.421,59	1.799.767,15	(151.345,56)	-8,4%
Custos com o pessoal	3.713.164,23	3.558.419,43	154.744,80	4,3%
Outros custos e perdas operacionais	20.349,40	22.177,60	(1.828,20)	-8,2%
Amortizações do exercício (*)	2.877.210,31	2.877.210,31	0,00	0,0%
Provisões do exercício (*)	160.702,20	160.702,20	0,00	0,0%
Custos e perdas financeiros	48.108,88	51.572,02	(3.463,14)	-6,7%
Custos e perdas extraordinários	605.692,15	531.962,53	73.729,62	13,9%
	12.936.480,49	12.822.172,83	114.307,66	0,9%
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas	548.415,86	548.439,51	(23,65)	0,0%
Prestações de serviços	1.988.900,90	1.881.172,48	107.728,42	5,7%
Impostos e taxas	5.650.968,68	4.621.550,28	1.029.418,40	22,3%
Transferências e subsídios obtidos	10.040.928,17	12.121.119,97	(2.080.191,80)	-17,2%
Outros proveitos e ganhos operacionais	168.113,84	589.894,49	(421.780,65)	-71,5%
Proveitos e ganhos financeiros	431.028,32	38.444,39	392.583,93	1021,2%
Proveitos e ganhos extraordinários	144.617,62	187.344,82	(42.727,20)	-22,8%
	18.972.973,39	19.987.965,94	(1.014.992,55)	-5,1%
Resultado líquido do período	6.036.492,90	7.165.793,11	(1.129.300,21)	-15,8%

Obs. (*) – o valor das amortizações e das provisões (quer para o 1º semestre de 2014, quer para o 1º semestre de 2013) foi estimado de acordo com o valor anual de 2013 desses custos (amortizações e provisões de 2013 a dividir por dois).

Os custos e proveitos acima referidos devem ser apreciados considerando os efeitos que poderão existir tendo em conta que não resultam dum processo de preparação de contas intercalares, em especial, quanto à não aplicação plena do princípio da especialização (acrécimo). É de salientar que no total dos custos estão incluídos 3.037.912,51 € referentes a estimativa de amortizações e provisões para o 1º semestre de 2014, tratando-se de custos não desembolsáveis.

Nota: tal como tem acontecido nos anos anteriores, o município regista na conta de transferências e subsídios obtidos os valores que recebe ao longo do ano relativos a

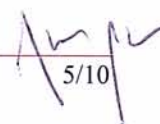
comparticipações de fundos comunitários, procedendo no final do exercício à sua reclassificação para a conta de proveitos diferidos, reconhecendo nesse momento o valor do proveito do exercício, atendendo à taxa de comparticipação. Assim, a conta de transferências e subsídios obtidos inclui um valor de 2.923.337 € (5.063.505 € no 1º semestre de 2013), relacionados com transferências de fundos comunitários recebidos no 1º semestre de 2014.

- Da análise do quadro anterior podemos retirar as seguintes notas:

- A variação nos resultados do 1º semestre de 2014, comparativamente ao 1º semestre de 2013, foi negativa em cerca de 1,129 milhões de euros (-15,%). Verificou-se um aumento dos custos e perdas de cerca 114 mil euros (0,9%), enquanto os proveitos e ganhos registaram uma quebra de cerca 1,015 milhões de euros (-5,1%). No entanto, se expurgarmos o efeito dos valores recebidos relativos a fundos comunitários (atendendo à nota anterior), o resultado do 1º semestre de 2014 viria superior em cerca de 1,011 milhões de euros face ao valor dos resultados do 1º semestre de 2013;
- Nos custos e perdas, as rubricas que maior variação registaram, em termos absolutos, foram os custos com pessoal (+ 155 mil euros) e as transferências e subsídios correntes concedidas (-151 mil euros), face ao período homólogo.
- Relativamente aos proveitos e ganhos destacamos: a diminuição de cerca 2,080 milhões de euros nas transferências e subsídios obtidos (17,2%) – em resultado da diminuição das transferências de fundos comunitários que já aludimos, e o aumento de cerca 1,029 milhões de euros nos impostos e taxas (22,3%).
- As variações, de sinais antagónicos, ocorridos nos proveitos e ganhos financeiros (+393 mil euros) e nos outros proveitos e ganhos operacionais (-422 mil euros) devem-se, essencialmente, à alteração do registo da renda de concessão da EDP (conforme recomendação).

b. Execução orçamental

A verificação da execução orçamental, reportada a 30 de Junho de 2014, é condicionada pelo facto do processo orçamental ser efetuado numa perspetiva anual, não existindo linearidade ao longo do ano das despesas e receitas.



5/10

- Despesa:

No 1º semestre de 2014, as despesas comprometidas totalizaram 40.420.196,42 euros, (correspondentes a 68,8% do orçamento de despesa), valor este que compara com 64.541.791,41 euros do primeiro semestre de 2013 (89,0% do orçamento de despesa de 2013). Em termos de despesa paga, no 1º semestre de 2014, atingiu o valor de 21.798.757,37 euros (equivalente a 37,1% do orçamento), e que compara com 19.600.822,84 euros do 1º semestre de 2013 (correspondente a 27,0% do orçamento de 2013), o que se traduz num aumento de 11,2% na despesa paga.

Designação	Dotação para o ano	Despesa executada (comprometida)	% Execução (Comprometido/Dotação)	Despesa Paga	% Execução (pagamentos/Dotação)
Despesa corrente	20.892.662,21	15.287.672,69	73,2%	10.005.294,19	47,9%
Despesa capital	37.873.500,00	25.132.523,73	66,4%	11.793.463,18	31,1%
Total	58.766.162,21	40.420.196,42	68,8%	21.798.757,37	37,1%

Class.	Designação	Despesa paga		Variação 2014/13	
		30-06-2014	30-06-2013	Valor	%
01	Despesas com o pessoal	3.710.434,23	3.563.945,88	146.488,35	4,1%
02	Aquisição de bens e serviços	4.287.088,79	3.993.841,81	293.246,98	7,3%
03	Juros e outros encargos	39.702,07	43.062,58	-3.360,51	-7,8%
04	Transferências correntes	1.705.723,60	1.598.970,60	106.753,00	6,7%
05	Subsídios	93.732,62	130.502,47	-36.769,85	-28,2%
06	Outras despesas correntes	168.612,88	159.874,43	8.738,45	5,5%
07	Aquisição de bens de capital	10.730.524,01	9.107.420,85	1.623.103,16	17,8%
08	Transferências de capital	603.700,80	507.331,25	96.369,55	19,0%
10	Passivos financeiros	459.238,37	495.872,97	-36.634,60	-7,4%
Total		21.798.757,37	19.600.822,84	2.197.934,53	11,2%

Comparativamente a 2013, o orçamento de despesa do município para 2014 regista uma redução de cerca 19%, no entanto, em termos da sua estrutura a rubrica mais relevante continua a ser a aquisição de bens de capital, a qual representa 60,4% do orçamento global de despesa (68,8% em 2013).

- Receita:

A receita cobrada líquida no 1º semestre de 2014 foi de 27.661.661,78 euros (27.420.392,73 de euros no 1º semestre 2013), correspondentes a 47,1% do orçamento de receita (37,8% em 2013), o que se traduz num aumento de 0,9%.

[Assinatura]
6/10

As receitas de capital, que representam 33,9% do orçamento de receita, apresentam uma taxa de execução de apenas 17,4%. A explicação para esta baixa taxa de execução assenta em exclusivo nos atrasos nas transferências de capital oriundas de projetos co-financiados - no orçamento de receita está previsto um valor de 18.154.895,67 euros relativos a recebimentos relacionados com projetos co-financiados, dos quais, o Município recebeu no 1º semestre de 2014, apenas 2.870.520,21 (15,8% de grau de realização).

Os maiores aumentos, em termos de valores absolutos, ocorreram nas rubricas de impostos diretos (+1,419 milhões de euros), transferências correntes (+689 mil euros), e na variação do saldo da gerência anterior (+ 1,049 milhões de euros). Por outro lado, a diminuição de receita cobrada mais significativa teve origem nas transferências de capital (-2,761 milhões de euros).

Designação	Dotação Orçamental	Receita Liquidada	Receita Cobrada	% Execução
Receitas correntes	31.170.096,00	16.594.571,86	16.516.050,03	53,0%
Receitas de capital	19.914.357,67	3.463.872,21	3.463.872,21	17,4%
Outras receitas	7.681.708,54	7.681.708,54	7.681.708,54	100,0%
Total	58.766.162,21	27.740.152,61	27.661.630,78	47,1%

Class.	Designação	Rec. Cobrada Líq.		Variação 1º sem 2014/13	
		1º sem/2014	1º sem/2013	Valor	%
01	Impostos directos	5.857.373,13	4.437.921,85	1.419.451,28	32,0%
02	Impostos indirectos	36.140,83	71.931,90	-35.791,07	-49,8%
04	Taxas, multas e outras penalidades	185.973,97	218.396,65	-32.422,68	-14,8%
05	Rendimentos da propriedade	1.086.317,69	1.143.264,12	-56.946,43	-5,0%
06	Transferências correntes	6.590.829,72	5.901.419,67	689.410,05	11,7%
07	Venda de bens e serviços correntes	2.682.399,30	2.669.693,97	12.705,33	0,5%
08	Outras receitas correntes	77.015,39	33.502,47	43.512,92	129,9%
09	Venda de bens de investimento	0,00	86.258,40	-86.258,40	-100,0%
10	Transferências de capital	3.463.872,21	6.225.658,94	-2.761.786,73	-44,4%
16	Outras receitas - Saldo da gerência anterior	7.681.708,54	6.632.344,76	1.049.363,78	15,8%
Total		27.661.630,78	27.420.392,73	241.238,05	0,9%

- Grandes Opções do Plano (GOP) para 2014:

O grau de execução da realização das GOP, apresenta, em 30 de Junho de 2014, uma taxa de 67,7% de despesa comprometida (89,5% em 30 de Junho de 2013). Os objetivos com maior impacto orçamental (com valores orçamentados superiores a 2,5 milhões de euros: 111, 242, 243, 244 e 331, que no seu conjunto representam cerca de 64,1% do orçamento das GOP para

Am
7/10

2014) apresentam uma taxa de execução global de 64,7% de despesa comprometida/financiamento definido.

Obj.	Designação	Financiamento definido	Comprometido	% Exec. (comp/Financ.)	Pago	% Exec. (pago/Financ.)
111	Administração geral	2.870.900,00	1.938.042,99	67,5%	1.143.056,93	39,8%
121	Protecção Civil e luta contra incêndios	245.500,00	194.359,14	79,2%	104.359,14	42,5%
211	Ensino não superior	3.072.800,00	1.995.144,58	64,9%	274.882,95	8,9%
212	Serviços auxiliares de ensino	2.003.100,00	1.728.407,63	86,3%	1.278.115,83	63,8%
221	Serviços individuais de saúde	1.453.300,00	989.787,15	68,1%	39.596,04	2,7%
231	Segurança social	40.000,00	25.887,48	64,7%	16.331,22	40,8%
232	Ação social	762.720,00	691.595,54	90,7%	128.746,08	16,9%
241	Habitação	45.700,00	34.388,52	75,2%	32.786,45	71,7%
242	Ordenamento do território	3.455.450,00	1.992.936,18	57,7%	1.173.961,42	34,0%
243	Saneamento	8.477.000,00	7.908.179,58	93,3%	4.108.240,93	48,5%
244	Abastecimento de água	3.292.500,00	3.039.373,35	92,3%	2.208.684,57	67,1%
245	Resíduos sólidos	436.000,00	418.864,85	96,1%	242.648,69	55,7%
246	Protecção do meio ambiente e cons. Natureza	1.174.700,00	1.061.692,16	90,4%	423.970,49	36,1%
251	Cultura	940.200,00	557.187,04	59,3%	285.280,24	30,3%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1.409.900,00	1.117.892,00	79,3%	567.717,92	40,3%
253	Outras actividades civis e religiosas	186.500,00	160.364,50	86,0%	84.197,81	45,1%
311	Fomento agrícola	16.000,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
312	Planeamento e prevenção florestal	73.500,00	21.924,27	29,8%	11.424,27	15,5%
321	Gestão energética e iluminação pública	670.500,00	561.041,51	83,7%	113.161,38	16,9%
322	Parques industriais	961.100,00	888.928,60	92,5%	17.316,76	1,8%
323	Fomento de energias renováveis	1.000,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
331	Transportes rodoviários	7.559.250,00	2.771.644,65	36,7%	1.405.619,30	18,6%
341	Mercados e Feiras	838.000,00	469,84	0,1%	469,84	0,1%
342	Turismo	1.623.800,00	497.182,42	30,6%	24.632,85	1,5%
41	Op. Dívida autárquica	1.076.300,00	537.977,30	50,0%	498.940,44	46,4%
42	Transferências entre administrações	2.161.300,00	1.219.747,27	56,4%	1.054.693,17	48,8%
43	Diversas - não especificadas	900,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Total		44.847.920,00	30.353.018,55	67,7%	15.238.834,72	34,0%

c. Endividamento

As regras quanto à definição dos limites de endividamento da autarquia sofreram grandes alterações com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais). No entanto, e como forma de comparação com os dados históricos, procedemos ao cálculo do valor do endividamento líquido (conforme apresentado nos relatórios anteriores). No quadro seguinte, podemos ver a sua evolução:

31 de dezembro de 2010:	31 de dezembro de 2011:	31 de dezembro de 2012:	31 de dezembro de 2013:	30 de junho de 2014:
7.149.058 €	1.942.122 €	-3.104.083 €	-477.656 €	-2.048.145 €

Relativamente a 31 de Dezembro de 2013, o endividamento líquido diminuiu cerca de 1,570 milhões de euros.

Como se pode também ver pelo quadro acima, o endividamento líquido do Município de Pombal mantém a sua trajetória descendente, tendo sido reduzido em cerca de 9,2 milhões de euros no período compreendido entre 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2014, passando mesmo o município a ter uma situação de endividamento líquido negativo.

Com a entrada em vigor, para o ano económico de 2014, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a forma de cálculo do limite de endividamento autárquico foi profundamente modificada. Assim, nos termos do artigo 52.º dessa lei, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não poderá ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Para o ano económico de 2014, o valor do limite da dívida total do Município de Pombal é de **41.444.974 €** (valor este que se encontra publicado no site da DGAL – Direção-Geral das Autarquias locais).

De acordo com a informação disponível, o valor da dívida total do município, a 30/06/2014, ascende a **9.360.838 €**, representando 22,6 % do máximo legal permitido para 2014, ou seja, tem uma margem positiva de **32.084.136 €**, conforme se pode verificar no seguinte mapa:

Cod. Conta POCAL	Descritivo	Valor em dívida a 30/06/2014 - operações orçamentais
22	Fornecedores	408.976
23	Empréstimos	7.649.911
24	Estado	5.758
261	Fornecedores de imobilizado	1.047.851
252	Credores por execução do orç. - despesa	202.568
267	Consultores, assessores e interm.	0
268	Outros credores	4.803
	Total município	9.319.867
	Contributo de outras entidades (1)	40.971
	Total Global	9.360.838
	Limite da dívida total	41.444.974
	Margem face ao limite total	32.084.136

Nota (1) – apenas se encontra reportada a quota parte da dívida total das entidades intermunicipais, da empresa municipal, e de outras entidades participadas, que disponibilizaram essa informação com referência a 30 de junho de 2014. A inclusão da quota parte da dívida total de todas as entidades mencionadas no art. 54.º da Lei 73/2013 terá que ser feita obrigatoriamente no final de cada ano (a 31 de dezembro).